

O provincianismo temporal e seus opositores: de T.S. Eliot a Antônio Cícero

Temporal provincialism and its opponents: from T. S. Eliot to Antonio Cícero

Alexander R. Luz¹

Resumo

Durante séculos, o antigo, o tradicional, foi visto como superior ao novo na literatura. A popularidade da imitação de modelos antigos foi se enfraquecendo gradativamente, principalmente a partir do romantismo. No século XX, o novo passou a ser hegemônico, e tudo relacionado ao passado passou a ser frequentemente associado ao que é inferior. O contemporâneo é considerado como sendo cada vez mais autossuficiente. T. S. Eliot batizou essa tendência de “provincianismo temporal”, termo esse, que é retomado no século XXI pelo filósofo e escritor brasileiro Antônio Cícero. Eliot e Cícero testemunham, respectivamente, dois momentos históricos em que a supervalorização do presente agravou-se: o modernismo e a era da informação. Em resposta a essa crise, ambos os autores, propõem a conciliação entre a tradição e o novo, entre o passado e o presente. Nesse contexto, o ensino de literatura não-contemporânea tem a função crucial de colaborar com a construção de pontes que nos ajudem a não permanecer ilhados no presente.

Palavras-chave: Provincianismo temporal. Cânone Contemporâneo. Antônio Cícero. Eliot.

Abstract

For centuries, the old, the traditional, were seen as superior to what is new in literature. The popularity of the imitation of ancient models weakened gradually, especially from romanticism onwards. In the 20th century, the new became hegemonic, and everything related to the past became frequently associated with inferiority. The contemporary is increasingly considered to be self-sustaining. T.S. Eliot named this trend “temporal provincialism”, an expression which was recovered in the 21st century by the writer and philosopher Antônio Cícero. Both Eliot and Cícero witnessed historical moments of decline in the overvaluation

¹ Professor assistente no Departamento de Letras e Comunicação da UFRRJ. Mestre em Teoria Literária (UFU), mestre em Cultura Europeia (Göttingen & Groningen), doutorando em Literatura Comparada (UERJ).
Contato: Alexluz@live.de

of the present: modernism and the information age. In response to this crisis, both authors propose the reconciliation between tradition and novelty, past and present. In this context, the teaching of non-contemporary literature has the crucial function of cooperating with the construction of bridges to keep us from being isolated in the present.

Keywords: Temporal provincialism. Canon, contemporary. Antônio Cicero. Eliot.

Introdução

O termo “província” é normalmente compreendido como uma divisão territorial. “Provinciano”, por conseguinte, é aquele que permanece limitado às suas fronteiras. No entanto, T. S. Eliot, em 1944, em sua palestra inaugural na recém-criada *Virgil Society* – e que depois seria publicada isoladamente, em 1945, e como parte do livro *On Poets and Poetry*, em 1957 –, oferece uma definição de provincianismo que se refere ao tempo, e não ao espaço:

Em nossa época, quando os homens parecem cada vez mais propensos a confundir sabedoria com conhecimento, conhecimento com informação, e a tentar resolver os problemas da vida com engenharia, começa a existir um novo tipo de provincianismo que requer um novo nome. É um provincianismo não de espaço, mas de tempo; um provincianismo para o qual a história é apenas o registro dos aparelhos que tiveram seu uso e que depois foram descartados, um provincianismo em que o mundo é propriedade exclusivamente dos vivos, um território onde os mortos não têm vez. O problema com este tipo de provincianismo é que todos nós, todos os povos do globo, podemos ser provincianos juntos, e àqueles que não se contentem em sê-lo, só resta se tornarem eremitas (Tradução minha) (ELIOT, 1984, p. 30).

O provincianismo de tempo que Eliot menciona é uma crítica a uma noção de presente que seja desconexa do passado, que o negue; um presente que conceba a história como um amontoado de mortos não mais relevantes, valorizando uma experiência de vida eternamente limitada ao aqui e agora. Se, de um lado, Eliot desmerece esse tipo de pensamento, inevitavelmente, ele demonstra considerar como ideal o seu oposto, ou seja, a valorização da tradição através da reconciliação entre o passado e o presente. Evidentemente, essa tentativa de reconciliação entre o novo e a tradição já havia sido defendida por outros pensadores e artistas.

Confúcio (551-479 a.C.), por exemplo, diz em um texto traduzido e comentado por Ezra Pound que o equilíbrio entre o que já foi e o que agora é possibilita se chegar a algo que mereça ser ensinado, i.e., a verdadeira sabedoria: “o homem que mantenha vivo o que é velho, e ao mesmo tempo, reconheça a novidade, esse homem poderá ensinar” (CONFÚCIO, 1951, p. 199). Muitos séculos depois, o escritor inglês Samuel Johnson (1709-1784) irá afirmar que “a originalidade é excelente, desde que não exclua o seu contrário” (*apud* MOISÉS, 2007, p. 53).

Embora esses comentários de Samuel Johnson e Confúcio, a princípio, assemelhem-se bastante em conteúdo ao pensamento de Eliot, eles devem ser interpretados a partir de seu contexto histórico. Até antes do Romantismo, o novo não foi central no Ocidente nem no Oriente. O ideal a ser atingido nas artes e na filosofia, até então, quase sempre havia sido a imitação de modelos antigos. A esse respeito, Platão, em *Leis*, cita o exemplo dos egípcios, que durante 10 mil anos teriam preservado os mesmos conceitos de arte: “Se o examinares, verás que as coisas pintadas ou esculpidas lá há dez mil anos [...] não são nem mais belas nem mais feias do que as produções de hoje, são confeccionadas com a mesma técnica” (657a). Assim, a frase de Confúcio e o comentário de Johnson devem ser entendidos como modestos esforços de resistência à hegemonia do antigo, o qual não deveria ser substituído ou abandonado, mas complementado pelo novo.

Se Eliot, de certo modo, consciente ou inconscientemente, propõe um retorno a Confúcio e a Johnson, é um retorno em um contexto histórico bem distinto. O pensamento que consolidava sua supremacia no século XX era o modernismo, o desejo pelo avanço incessante a qualquer custo. A expressão “*make it new*”, de Pound, capta bem o *zeitgeist* desse período. O novo havia se tornado a nova hegemonia temporal. Para que se chegasse ao equilíbrio entre o velho e o novo proposto por Confúcio, seria necessário moderar o apetite pelo novo e recuperar o interesse pelos clássicos.

A crítica à naturalização da obsolescência

Em outro ensaio famoso, *Tradition and Individual Talent*, Eliot (1997, p. 4) ressalta que não faz sentido pensar o presente por si só, mas apenas em relação ao passado: “Nenhum poeta, nenhum artista de nenhuma arte, pode fazer sentido sozinho [...]. Não se pode avaliá-los sozinhos; faz-se necessário

colocá-los entre os mortos a fim de contrastá-los e compará-los com aqueles”. Eliot desafia a noção predominante em seu tempo (e pelo menos desde o Romantismo) de que a grandiosidade do poeta estaria naquilo que o torna único, que o faz de algum modo diferente de seus antecessores; afinal, ser novo, único, diferente não garante a presença de qualidades.

Segundo Eliot, o poeta precisa ser menos egoísta e não supervalorizar sua experiência e as próprias ideias, a ponto de considerá-las autossuficientes. É preciso aproveitar o que já foi feito, em vez de simplesmente ignorá-lo “reinventando a roda” a cada geração. O novo só interessa se for bom, e para ser bom, é preciso, no mínimo, que tenha a consciência do próprio tempo, o qual, por sua vez, é indissociável da consciência do passado. “A diferença entre o presente e o passado é que o presente consciente possui uma consciência do passado de um modo, e até um ponto, que o próprio passado não pôde ter de si mesmo” (ELIOT, 1997, p. 6).

Assim, o respeito à tradição não significa sua mera repetição, pois o distanciamento histórico do presente nos permite ter uma consciência sobre o passado que o próprio passado não tinha de si mesmo. O passado pode transformar o presente, assim como o presente transforma o passado. Há, no entanto, uma diferença. A influência do presente sobre o passado é decorrência natural, espontânea, do passar do tempo. “O que acontece quando uma nova obra de arte é criada é algo que ocorre simultaneamente a todas as obras de arte que a antecederam” (ELIOT, 1997, p. 4). O lugar discursivo do que chamamos “presente” e os valores com os quais a humanidade observará o passado e suas obras artísticas irão se transformar com o passar do tempo, às vezes mais e às vezes menos rapidamente, quer queiramos ou não.

Já a influência do passado no presente não é tão automática. O que está no passado é, em certo sentido, passivo, não tem como impedir que venha a ser substituído e/ou esquecido. Por isso, para Eliot, a tradição não é algo que se herda, mas que se conquista a duras penas. Sem a consciência da importância do esforço de preservação e valorização cultural do passado – esforço que predominava até o início da modernidade, não em espaços restritos como os dos museus ou apenas por parte de historiadores, mas na vida intelectual como um todo –, o presente se torna uma ilha.

Se o novo normalmente representa a superação do antigo em vários setores da vida humana (por exemplo: os carros, os computadores, as cirurgias e os recordes olímpicos de 2012 são, de maneira geral, melhores do que os de

1970), o mesmo não se dá em relação aos bens culturais. Diversos produtos hoje são fabricados para serem substituídos muito em breve, de modo a criar ciclos de consumo que beneficiem a superprodução em massa – fenômeno que recebe o nome de obsolescência programada. É bem verdade que esse fenômeno também alcança, principalmente a partir da primeira metade do século XX, bens culturais produzidos em massa, como vários gêneros de livros. No entanto, os títulos de livros que passam a ser fabricados no lugar daqueles que não são reeditados só ocupam essa posição por serem títulos novos, diferentes, independentemente de seu mérito intelectual ou estético em comparação às obras que eram anteriormente publicadas.

As indústrias de carros e computadores, por exemplo, se baseiam, em linhas gerais, em uma única regra: o desenvolvimento de novos produtos cada vez “melhores” (embora os fabricantes controlem a velocidade com que essas melhoras chegarão ao mercado, e se chegarão). Diferentemente, pode-se dizer, de modo simplificado, que a indústria livreira, por sua vez, utiliza-se de duas estratégias: primeiro, a introdução constante de títulos novos, o que atende a uma diversidade de gostos e carrega o potencial de que alguns deles se tornem campeões de venda; em segundo lugar, a continuidade da produção de títulos antigos já consagrados pelo público. Desse modo, há, no mercado livreiro, e possivelmente também no de outros bens culturais, um espaço para a perpetuação do antigo, o que não existe quando se trata de bens de consumo duráveis.

Podemos supor com certa segurança que um modelo antigo de computador, como o Intel 80286, criado em 1984, não será jamais fabricado novamente, pois o interesse do público por esse produto, tantos anos depois de seu lançamento, já é nulo. Ele está destinado ao esquecimento e apenas terá alguma chance de continuar existindo em um futuro próximo se ocupar o papel de relíquia. Entre os livros, a maioria absoluta dos títulos também acaba, mais cedo ou mais tarde, caindo no esquecimento, entretanto, há um grupo limitado de obras que insistem em sobreviver na selva capitalista do mercado livreiro. São livros que, por motivos diversos, não são “descartados” pelo público leitor, sendo reeditados há várias décadas e até mesmo há vários séculos – são os chamados “clássicos”. Se o mercado livreiro está estruturado de modo a conciliar o passado e o presente, interessa-nos indagar até que ponto essa tentativa é ou não bem sucedida.

Assim como os livros populares contemporâneos, os clássicos também vendem muitos exemplares, mas em períodos de tempo mais longos. Poderiam ser chamados de *long-sellers*, enquanto os tradicionalmente chamados de *best-*

sellers deveriam ser mais adequadamente chamados de *fast-sellers*, pois vendem muitos exemplares em um curto período de tempo, caindo no esquecimento quase tão rapidamente quanto conquistaram sua fama. Contrariando a percepção popular de que o erudito vende necessariamente pouco, note-se (ver MACARTHUR, 2009) que Shakespeare e Dickens aparecem entre os 100 autores que mais venderam livros no Reino Unido entre os anos de 2000 a 2009, respectivamente em 45º e 78º lugares, estando à frente de autores notadamente populares, como Khaled Hosseini e Paulo Coelho. Esse fato comprova que, na literatura, ao menos no que se refere à sua recepção, o antigo não significa algo superado. A literatura não contemporânea de Dickens e Shakespeare se faz bastante viva. Não obstante, eles são, inegavelmente, exceções. Por que apenas dois autores não contemporâneos conseguem se manter no centro das atenções dos leitores britânicos atualmente?

A obsessão com o presente

O poeta e filósofo brasileiro Antônio Cícero, tratando da falta de interesse pelos livros filosóficos antigos, retoma a expressão “provincianismo temporal”, utilizada por Eliot quase 100 anos antes, e involuntariamente acaba oferecendo um comentário também válido para a falta de interesse em livros literários não contemporâneos:

[...] quem só deseja estar ‘up to date’ acaba por jamais ler os clássicos. A leitura dos contemporâneos toma-lhe todo o tempo. Tal pessoa espera que os autores da moda lhe indiquem quais dos autores do passado ainda devem ser respeitados [...] e quais devem ser desprezados [...]. E, no mais das vezes, como aquilo que os contemporâneos escrevem dos autores que recomendam é considerado justamente o supra-sumo destes, torna-se supérflua a leitura dos originais. [...] Assim, o desejo do contemporâneo não passa de sintoma de um agudo provincianismo temporal (CÍCERO, 2009a, p. 40).

Na filosofia e na literatura, o “produto” antigo não é necessariamente substituível ou intrinsecamente negativo. No entanto, o “desejo do contemporâneo” parece permear a existência humana dos séculos XX e XXI a tal ponto que muitos leitores parecem não se dar conta de que as obras literárias e filosóficas não obedecem à lei do progresso contínuo presente nas ciências exatas e na medicina, em que o mais recente é quase sempre melhor e mais

interessante. Assim, até mesmo quando consideram a relevância da literatura não atual, as pessoas, principalmente os jovens, muitas vezes leem apenas um ou outro texto antigo, ou se limitam a trechos citados por autores contemporâneos, ou se contentam em substituir a leitura do texto literário antigo pela experiência da versão filmica dessas narrativas.

O desprezo pelo passado também ocorre entre os intelectuais. Antônio Cícero (2009b, p. 45), por exemplo, menciona haver uma “obsessão de grande parte dos intelectuais brasileiros pelo ‘dernier cri’ europeu ou norte-americano”, e lamenta que “sentindo-se ‘atrasados’, os brasileiros se esforçam por se livrar do passado, de modo a alcançar o tempo presente”. Não podemos, no entanto, considerar o desprezo pelo passado como algo exclusivamente brasileiro. Não seria exagero imaginar que os textos de Dickens e Shakespeare continuam sendo *long-sellers* no Reino Unido, em grande parte, apenas porque são leitura obrigatória para todos os estudantes secundaristas daquele país. E o que é pior, tudo indica que esse contato compulsório com o passado literário não está sendo eficaz na conscientização das qualidades dos poemas e narrativas ficcionais não contemporâneas.

Isso não quer dizer que os leitores não estejam devorando livros. Em 2007, o livro *Harry Potter and the Deathly Hallows*, apenas no *site* da Amazon, foi reservado (comprado) por 1,6 milhões de pessoas antes mesmo de ser lançado. Em 2009, pela primeira vez na história da indústria das publicações impressas, o livro *The Lost Symbol*, de Dan Brown, apenas em sua versão em língua inglesa, alcançou a incrível marca de 6,5 milhões de exemplares em sua primeira tiragem (5 milhões dos EUA e 1,5 milhões na Inglaterra). A questão é que, enquanto a paixão pelo novo aumenta, diminui ainda mais o interesse pelo que foi escrito em épocas diferentes da nossa.

Na história recente, o “provincianismo temporal” se agravou em dois momentos: primeiramente, com a consolidação do novo como sendo a própria tradição, fenômeno testemunhado por Eliot; e em um segundo momento, com a onipresença da internet, por volta do ano 2000 em diante, testemunhada por Antônio Cícero e por todos nós. Vejamos o que o filósofo Luc Ferry diz sobre o primeiro agravamento do provincianismo temporal.

Animado por uma única obsessão – a busca da originalidade e da novidade enquanto tais –, o modernismo pendeu para seu contrário, a simples repetição vazia e melancólica do gesto da inovação pela inovação. A ruptura com a tradição torna-se ela

própria tradição, “tradição do novo”, por certo, para retomar a expressão de Harold Rosenberg, mas ainda assim tradição e, segundo [Octávio] Paz, uma tradição hoje vazia de sentido e conteúdo (FERRY, 1994, p. 272).

Os sucessivos movimentos artísticos que negavam radicalmente a tradição que os antecedia ignoravam as implicações lógicas daquilo que defendiam. Como comenta Carlos Felipe Moisés, sem o velho para lhe servir ao menos de contraste, “o novo sequer poderá ser percebido como tal [...] O novo radicalmente novo [...], caso seja possível superar o impasse epistemológico aí implicado, condenar-se-á à condição de ato gratuito” (MOISÉS, 2007, p. 41). E como o presente não dura para sempre, hoje, esses mesmos movimentos radicais ficaram no passado e acabaram se tornando parte daquilo que mais odiavam: o cânone.

No entanto, em uma sociedade que supervaloriza o presente, estar no cânone não significa muito. Além do fato de serem quase obrigatoriamente mencionadas nas aulas de literatura no ensino médio e nos cursos de Letras – o que não quer dizer que sejam necessariamente lidas por esses alunos, e nem que, se lidas, serão apreciadas –, as obras canônicas se resumem basicamente a serem estudadas por pesquisadores especializados e lidas por um ou outro leitor menos provinciano no aspecto temporal, cada vez mais raros. O irônico é que, em tempos de provincianismo temporal, ser canonizado talvez seja ganhar uma sobrevida na periferia, uma forma sofisticada de marginalização, um aviso da chegada da própria obsolescência.

O segundo momento de agravamento do provincianismo temporal é o da “era da informação”, associado principalmente ao desenvolvimento da internet. O aumento da quantidade de informação disponível e da velocidade em que ela é consumida criou um ciclo vicioso que só faz crescer no leitor o desejo por informação (novidade) em quantidade e velocidade cada vez maiores. A criação de um mundo conectado em rede, porém, não leva os indivíduos a estarem conectados com toda a imensidão do mundo, mas a participarem de sub-redes, na maioria das vezes limitadas a interesses bem específicos e excessivamente atuais.

Aliás, o interesse pessoal e a atualidade são dois dos principais critérios através dos quais informações e produtos culturais dos mais diversos são comumente avaliados na era da informação. Numa época em que a produção escrita de inúmeros povos e de inúmeras épocas está acessível a todos – o que

leitores de outros tempos considerariam ser o paraíso –, os leitores (internautas) muitas vezes desprezam a leitura de textos médios ou longos, em favor da troca de informações extremamente curtas e efêmeras. Além disso, quando estão curiosos sobre algum aspecto do passado da humanidade, grande parte dos internautas não buscará a leitura de clássicos – como uma pessoa letrada faria no século XIX –, mas se contentará com uma rápida consulta na Wikipedia.

O que o teórico da comunicação Harold Innis (1951) chamou de “*obsession with present-mindedness*” na época em que a mídia era dominada pela TV e pelo rádio se potencializou até chegar ao hábito de muitos jovens do século XXI de usar redes sociais como Facebook e Twitter por várias horas semanalmente apenas para se “atualizar” sobre o que é novo na vida de amigos e “atualizá-los” sobre o que é novo em sua vida, mesmo que sejam novidades fabricadas e irrelevantes. A supervalorização do imediato leva a um progressivo encolhimento do presente, que se torna cada vez mais instantâneo. Consequentemente, a extensão do que é coberto pelos adjetivos “antigo”, “velho” e “ultrapassado” – tratados praticamente como sinônimos – é ampliada a ponto de incluir, em certos casos, o que foi produzido há apenas um ou dois anos.

Se, por um lado, hoje temos acesso a uma infinidade de informações, por outro, muitos de nós só leem aquilo que está relacionado ao seu presente instantâneo. Não é por acaso que o mecanismo de busca mais utilizado no mundo, o Google, já oferece a opção de limitarmos nossas pesquisas *on-line* ao que foi publicado no último ano, mês, semana, dia e até na última hora. Sobrecarregado de informações sobre o presente, que oscilam entre o útil e o frívolo, o homem contemporâneo não tem tempo – ou interesse – para conhecer as obras literárias de sua civilização que entraram para a história da literatura. Como bem disse Antônio Cícero, “quem só deseja estar ‘*up to date*’ acaba por jamais ler os clássicos” (CICERO, 2009a, 40).

Considerações finais

É preciso observar que não fizemos uma distinção muito clara entre “literatura não contemporânea ou antiga” e “literatura canônica” porque nosso foco era a questão temporal entre passado e presente. Evidentemente, o cânone é uma seleção de livros, o que, inevitavelmente, traz à tona o seguinte problema: é impossível ler tudo do passado ou do presente e é difícil estabelecer critérios para selecionar o que deve ser lido.

De todo modo, pouco adiantaria expandir ou flexibilizar o cânone das obras não contemporâneas se o “novo” ou o “presente instantâneo” se tornassem o próprio cânone. A questão que se fazia mais urgente, e talvez seja ainda mais urgente hoje, era resgatar a importância das obras literárias de outros tempos para a vida intelectual atual. Fazer com que as pessoas desenvolvam a capacidade de compreender e se encantar com textos de províncias temporais estrangeiras é – ou pelo menos deveria ser – um dos objetivos do ensino de literatura. Nesse sentido, a literatura e seus estudiosos podem dar uma contribuição crucial para a manutenção e construção de pontes que nos impeçam de ficar ilhados no presente, ao mesmo tempo em que viabilizam a reconquista dos lugares temporais que não mais habitamos.

Referências

CÍCERO, Antônio. O clássico e o contemporâneo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de junho, 2009b. Ilustrada, p. 45.

CÍCERO, Antônio. O desejo do contemporâneo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de maio 2009a. Ilustrada, p. 40.

CONFÚCIO. *The great digest*. Tradução e comentários de Ezra Pound. New York: New Directions Book, 1951. ELIOT, Thomas Stearns. *On poets and poetry*. London: Faber and Faber, 1984.

ELIOT, Thomas Stearns. Tradition and individual talent. In: ELIOT, Thomas Stearns. *The sacred wood: essays on poetry and criticism*. London: Faber and Faber, 1997.

FERRY, L. *Homo aestheticus: a invenção do gosto na era democrática*. São Paulo: Ensaio, 1994.

INNIS, H. *The bias of communication*. Toronto: University of Toronto Press, 1951.

MACARTHUR, B. *Bestselling authors of the decade*. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/culture/books/6866648/Bestselling-authors-of-the-decade.html>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

MOISÉS, C. F. *Poesia e utopia*: sobre a função social da poesia e do poeta. São Paulo: Escrituras, 2007.

PLATÃO. *As leis*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 1999.

Data da submissão: 30/01/2014

Data do aceite: 02/04/2014